

Correio da Saúde: Orçamento de Estado para 2017

27 Outubro, 2016

Não é tolerável que os trabalhadores do Estado não tenham aumentos.

Com a proposta de Orçamento do Estado para 2017 (OE/2017) já não estamos a discutir, como aconteceu no tempo do Governo anterior, se há mais ou menos privatizações, quais as novas medidas que nos roubavam mais rendimento mensal, quais as medidas extraordinárias que nos levavam indiscriminadamente a pagar mais impostos.

Dizem-nos que este OE/2017, o possível no quadro dos compromissos/constrangimentos europeus, repõe algum rendimento, direitos e apoios sociais. O sentido deste caminho é positivo. Contudo, as medidas são insuficientes e para a administração pública intoleráveis.

Não é tolerável que os trabalhadores do Estado não tenham aumentos salariais (desde 2009), que as progressões de carreira se mantenham congeladas (desde 2005), que a vedação legal relativa a qualquer acréscimo remuneratório e o fortíssimo constrangimento na admissão de pessoal permaneçam.

Para um Governo que diz apostar no SNS, o acréscimo de 353 milhões de euros para a Saúde é uma insignificância face aos 2 mil milhões de euros retirados no tempo da Troika. Para o Ministério da Saúde, os enfermeiros não existem. Será que vai ser necessário todos abandonarem os serviços e emigrarem?

CORREIO DA SAÚDE

Artigo de José Carlos Martins, Presidente do SEP

Publicado no *Correio da Manhã* de 27-10-2016